

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

PARTE I – O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL COMO PROBLEMA PÚBLICO

Capítulo 1

LETALIDADE POLICIAL, INVISIBILIDADE INSTITUCIONAL E FA- LHA SISTÊMICA	23
--	-----------

- | | |
|--|----|
| 1.1 O sistema de justiça criminal como problema público: notas para uma leitura político-criminal..... | 23 |
| 1.2 A letalidade policial no Brasil: dados, padrões e seletividade..... | 27 |
| 1.3 A falha institucional como produto, não como acidente: a estrutura que investiga a si mesma..... | 33 |
| 1.4 A inadequação do modelo vigente de apuração: o ponto de partida normativo..... | 38 |

Capítulo 2

O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ATOR POLÍTICO-CRIMINAL: PERFIL CONSTITUCIONAL E RESPONSABILIDADE INSTITU- CIONAL	43
---	-----------

- | | |
|--|----|
| 2.1 A posição do Ministério Público na arquitetura constitucional de 1988..... | 44 |
| 2.2 O MP como instituição de garantia: independência funcional e comprometimento com direitos fundamentais | 47 |

2.3	A centralidade do MP no enfrentamento da criminalidade estatal: premissas e consequências.....	51
2.4	Do controle externo da atividade policial à dominialidade investigatória: a progressão necessária.....	56

**PARTE II – O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE:
MANDADOS CONVENCIONAIS E CONSTITUCIONAIS**

Capítulo 3

O CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA VS. BRASIL E A CONSTRUÇÃO DO MANDADO INVESTIGATÓRIO..... 65

3.1	Os fatos, o percurso e a condenação: o que o Brasil reconheceu.....	65
3.2	Os deveres convencionais de investigação independente: análise do ponto resolutivo 16.....	69
3.3	A doutrina da devida diligência e o mandado de proteção judicial efetiva.....	73
3.4	O que Favela Nova Brasília deixou aberto: as lacunas que os casos seguintes precisaram preencher.....	77

Capítulo 4

O CASO HONORATO E OUTROS VS. BRASIL: CONFIRMAÇÃO, EXPANSÃO E APROFUNDAMENTO 83

4.1	Do caso singular à padrão sistêmico: o que Honorato acrescenta a Favela Nova Brasília.....	83
4.2	A consolidação da doutrina de investigação independente: independência, diligência e prazo razoável em <i>Honorato</i>	88
4.3	Honorato e a perspectiva de gênero e raça na investigação de crimes policiais.....	94
4.4	As reparações estruturais e suas implicações para a modelagem institucional brasileira.....	99

Capítulo 5

A ADPF 635 E O LITÍGIO ESTRUTURAL NO STF: A TRADUÇÃO DOMÉSTICA DO MANDADO CONVENCIONAL..... 105

5.1	A ADPF 635 como litígio estrutural: definição, critérios e consequências.....	105
-----	---	-----

5.2	A tradução constitucional do ponto resolutivo 16: o STF como intérprete do mandado interamericano	109
5.3	A investigação pelo MP como dever constitucional, não como faculdade: a ruptura com a discricionariedade	114
5.4	Os limites territoriais da ADPF 635 e a força expansiva de sua fundamentação.....	118
5.5	O que o STF resolveu, o que deixou aberto e o que a Resolução 310 precisou completar	122

**PARTE III – ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARADA:
A GRAMÁTICA DO DEVER**

Capítulo 6

GRAMÁTICA DAS INSTITUIÇÕES E ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARADA: INSTRUMENTOS PARA COMPREENDER A RESOLUÇÃO 310..... 129

6.1	A gramática das instituições de Crawford e Ostrom: estratégias, normas e regras.....	130
6.2	A análise institucional comparada de Komesar: instituições reais como alternativas imperfeitas	133
6.3	Aplicação ao problema: por que a polícia não pode investigar a si mesma	138
6.4	O MP como escolha institucional justificada: análise comparativa de vieses de participação.....	141

Capítulo 7

O BYPASS INSTITUCIONAL E A DOMINIALIDADE INVESTIGATÓRIA..... 147

7.1	O conceito de <i>bypass</i> institucional: definição, funções e condições de legitimidade	147
7.2	Experiências comparadas de investigação independente de violência policial: América Latina e além	152
7.3	A dominialidade investigatória como categoria: entre a assunção integral e a redundância qualificada	156

7.4 A implementação escalonada como estratégia institucional: sequência, métricas e horizonte	160
---	-----

**PARTE IV – A RESOLUÇÃO CNMP 310:
ANÁLISE ARTIGO POR ARTIGO**

Capítulo 8

FUNDAMENTOS, ÂMBITO DE APLICAÇÃO E ESTRUTURA NORMATIVA DA RESOLUÇÃO 310	169
8.1 O contexto de edição: a Resolução 310 no ciclo normativo do CNMP	169
8.2 Os considerandos como programa interpretativo: o que a Resolução declara sobre si mesma	173
8.3 O artigo 1º e o âmbito de incidência: crimes, contextos e critérios de ativação.....	175
8.4 A relação com a Resolução CNMP 181 e o procedimento investigatório criminal	178

Capítulo 9

OS DEVERES INVESTIGATÓRIOS: CONTEÚDO, EXTENSÃO E PARÂMETROS	185
9.1 A obrigatoriedade da investigação ministerial: a superação da discricionariedade	185
9.2 Os indicadores de justa causa para instauração: tipologia e função.....	189
9.3 Os atos investigatórios mínimos: o padrão de diligência exigido.....	192
9.4 Cadeia de custódia, gestão da prova e integridade investigatória.....	196

Capítulo 10

DIREITOS DAS VÍTIMAS, FAMILIARES E GARANTIAS NO PROCEDIMENTO	201
10.1 A vítima como sujeito relevante: participação, informação e proteção	201
10.2 A perspectiva de gênero e raça na investigação: exigência normativa e implicações práticas.....	203

10.3 Vitimização secundária e terciária: conceito e deveres de prevenção	205
10.4 O arquivamento e o controle pela vítima: o novo regime de revisão.....	207

Capítulo 11

ESTRUTURA INSTITUCIONAL, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ... 211

11.1 Os grupos especiais de controle externo: função, composição e atribuições.....	212
11.2 O banco de dados do CNMP e a gestão da informação pericial.....	214
11.3 O acompanhamento de operações policiais: possibilidades e limites	216
11.4 A Corregedoria como instrumento de <i>enforcement</i> : relatórios, fiscalização e responsabilização	219

PARTE V – PROTOCOLOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Capítulo 12

OS PADRÕES INTERNACIONAIS DE INVESTIGAÇÃO: DO PROTOCOLO DE MINNESOTA AOS PRINCÍPIOS DE MÉNDEZ..... 225

12.1 O Protocolo de Minnesota sobre mortes potencialmente ilícitas: estrutura e exigências.....	226
12.2 O Protocolo de Istambul e a investigação de tortura	229
12.3 Os Princípios de Méndez sobre entrevistas eficazes: a ruptura com a lógica confessional	233
12.4 O Handbook da UNODC sobre <i>accountability</i> e integridade policial: padrões organizacionais.....	238

Capítulo 13

O PROTOCOLO NACIONAL DO CNPG E A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 310 245

13.1 O Protocolo de Investigação do MP sobre letalidade e vitimização policial: origem e estrutura.....	245
13.2 Correspondência entre o Protocolo do CNPG e as exigências da Resolução 310	249

13.3 A implementação escalonada na prática: da busca ativa à assunção integral.....	255
13.4 Capacitação, estruturação interna e construção progressiva da dominialidade investigatória.....	260
CONCLUSÃO	265
REFERÊNCIAS	271